

**Jornal da Tarde**

**3/6/1985**

## **REGORMA AGRÁRIA**

### **Com o plano do governo, mais tensão no campo.**

*Em todo o País, luta e expectativa. De proprietários e lavradores.*

O plano de reforma agrária proposto pelo governo acabou criando um clima de tensa expectativa para proprietários rurais e trabalhadores. No Pará, uma das áreas do País onde a luta pela terra é muito violenta, está sendo esperado um verão de disputas acirradas. E mortes.

Os conflitos no sul do Pará são praticamente suspensos com a chegada das chuvas. No verão, quando é possível fazer as derrubadas de matas e ampliar a ocupação de terra, a tensão aumenta. Ainda assim, mesmo com as chuvas do inverno passado, duas pessoas foram assassinadas em conflitos de terra. Este ano já morreram 24, segundo levantamento da Pastoral da Terra, enquanto o total de 1984 foi de 17 vítimas.

A região do Araguaia-Tocantins, aberta à ocupação extensiva a partir da metade da década de 60, com a construção de estradas, tem cerca de cem disputas por terras. Mas esse é um número relativamente pequeno se comparado com as 923 lutas registradas em todo o País, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Contag, envolvendo 474 mil pessoas.

Segundo a Comissão de Assuntos Fundiários da Secretaria Estadual de Justiça do Rio de Janeiro, no Estado há 96 conflitos de terra. A disputa abrange desde áreas de expansão urbana até as tipicamente rurais. Para o governo estadual, a situação é muito delicada porque há extensas áreas em disputa que, pela legislação são de competência federal.

Há duas áreas, no Rio, que são um constante problema para a Comissão de Assuntos Fundiários: as regiões Oeste e Sul. A primeira engloba os subúrbios de Campo Grande, Santa Cruz, Bangu e Jacarepaguá. Embora eminentemente agrícolas, ao longo dos últimos 25 anos sofreram a pressão da especulação imobiliária, que as transformou em áreas urbanas de grande densidade populacional.

A segunda área abrange Mangaratiba. Angra dos Reis e Parati, municípios envolvidos em um surto de desenvolvimento turístico maior do que poderiam suportar. Na praia dos Sonhos, em Parati, por exemplo, há mais de cem anos viviam 150 famílias, que se alimentavam de caça e pesca. A especulação imobiliária chegou à área de quase três milhões de metros quadrados, pertencentes a uma antiga fazenda, vendida ao paulista Gibrail Tanus, que expulsou os posseiros e ainda mantém uma briga aberta com o governo estadual. Das antigas 150 famílias, só restam 35, que "resistem heroicamente", segundo o presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Edgar Ribeiro.

Cabo Frio, na região dos Lagos, também preocupa bastante o governo do Rio, porque foi o município mais atingido pela especulação imobiliária. Milhares de posseiros foram desalojados. Em Caxias, na Baixada Fluminense, o fenômeno é igual, com a perda de milhões de metros quadrados de áreas férteis.

No Estado de Pernambuco, segundo um levantamento parcial do Incra, 982 famílias reivindicam a posse de 4.271 hectares de terras situadas em 12 municípios. Na Paraíba, a disputa é mais séria e envolve um número maior de famílias: 1.016 lutam pela titulação de 16.380 hectares em 22 municípios.

De acordo com o diretor regional do Incra, em Recife, Byron Sarinho, existem 5.499.267 hectares de terras agricultáveis sem nenhum aproveitamento em Alagoas, Paraíba e Pernambuco, com 75,4% desse total em poder de latifundiários.

Nos três Estados há 358.540 imóveis rurais, com 80% de minifúndios, 14,7% de latifúndios e 14% de empresas rurais. Os latifúndios ocupam 82% da área agrícola total, ficando 22% para os minifúndios e outros 22% para as empresas rurais.

Estes dados foram obtidos através de estatísticas tributárias, a partir de dados cadastrais de 1978.

Não é muito diferente o quadro encontrado no Pará, onde 400 mil propriedades de menos de 50 hectares representam menos de um terço da área rural do Estado, ocupando 5,4 milhões de hectares. As propriedades com mais de 500 hectares, apenas 3.805, somam 5.313.300 hectares. É nessa situação que convivem cerca de 500 mil bóias-frias e 50 mil famílias de agricultores sem terras—arrendatários, meeiros, filhos de pequenos agricultores e outros.

De acordo com o levantamento do Instituto de Terras e Cartografia do Paraná (ITC), há pelo menos cem mil hectares de grandes estabelecimentos ociosos. No Estado, as invasões de terra têm sido solucionadas, em grande parte, por meio de negociações. Em geral, com ocupantes que concordam em aguardar a solução fora da área reivindicada.

A falta de conflitos, segundo o ITC, não significa o fim da tensão no campo. A negociação tem limites e em alguns casos os agricultores permanecem muitos meses acampados. O presidente do ITC, João Bonifácio Cabral, afirma que a dificuldade de acesso à terra, por compra ou arrendamento, e a pequena oferta de trabalho na entressafra transformam a zona rural em áreas de tensão, que "surgem pela grande necessidade ou, então, pela existência de latifúndios ociosos."

**(Página 9)**